

A RELAÇÃO DO CATOLICISMO COM O GOVERNO BOLSONARO: ENTRE O APOIO DOS SETORES CONSERVADORES E A CRÍTICA DAS INSTÂNCIAS INSTITUCIONAIS E DOS MOVIMENTOS PROGRESSISTAS*

Marcelo Camurça¹

Resumo: Este artigo busca destacar a temática da presença do Catolicismo no espaço público e na política. Diante da grande visibilidade que os evangélicos-pentecostais adquiriram neste terreno nos últimos anos no Brasil, o argumento deste texto busca ressaltar a anterioridade histórico-social e a capacidade de formulação que a religião católica e suas instituições possuem em relação aos evangélicos. Face a conjuntura atual, o texto pretende discutir a relação do Catolicismo com o governo Bolsonaro de extrema direita, nos termos de como se comportaram as forças conservadoras do Catolicismo corporificadas no movimento da Renovação Carismática Católica (RCC); de qual foi a atuação das forças progressistas e moderadas, vistas através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e suas ramificações e influências nas pastorais sociais; e qual a resultante para dentro da Igreja Católica e do Catolicismo nos termos de uma correlação de forças, no que tange a relação com o governo Bolsonaro.

Palavras chave: Igreja Católica, valores morais, conservadorismo, progressismo

¹ Professor Titular aposentado e convidado no Departamento de Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Professor Visitante no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e pesquisador bolsista de produtividade do CNPQ, Brasil. E-mail: mcamurca@terra.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3399-8527>.

* Como citar: CAMURÇA, Marcelo. A relação do catolicismo com o governo Bolsonaro: entre o apoiados setores conservadores e a crítica das instâncias institucionais e dos movimentos progressistas. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 22, n. 42, p. 207-234, 2023.

THE RELATIONSHIP OF CATHOLICISM WITH THE BOLSONARO GOVERNMENT: BETWEEN THE SUPPORT OF CONSERVATIVE SECTORS AND THE CRITICISM OF INSTITUTIONAL INSTANCES AND PROGRESSIST MOVEMENTS

Abstract: This article seeks to highlight the theme of the presence of Catholicism in public space and politics. In view of the great visibility that Evangelical-Pentecostals have acquired in this field in recent years in Brazil, the argument of this text seeks to emphasize the historical-social precedence and the capacity for formulation that the Catholic religion and its institutions have in relation to Evangelicals. Given the current situation, the text intends to discuss the relationship between Catholicism and the far-right Bolsonaro government, in terms of how the conservative forces of Catholicism, embodied in the Catholic Charismatic Renewal (CCR) behaved; what is the behavior of progressive and moderate forces, seen through the National Conference of Bishops of Brazil (CNBB) and its ramifications and influences in social pastorals; and what is the result for the Catholic Church and Catholicism in terms of a correlation of forces, regarding the relationship with the Bolsonaro government.

Keywords: Catholic Church, moral values, conservatism, progressivism

INTRODUÇÃO

Esta reflexão e abordagem destaca um tom mais *conjuntural*, que marca muitos escritos elaborados nas Ciências Sociais do fenômeno religioso no Brasil a partir de 2018. Estes foram produzidos quando do irromper de forças de extrema direita no poder no Brasil articulado ao papel de religiões cristãs na sua faceta conservadora e reacionária como fiadoras e subsidiárias deste projeto (Almeida, 2019a, 2019b; Burity, 2020, Camurça, 2020).

Aqui, no caso, vou me concentrar no Catolicismo como foco desta questão. Ou seja, um acompanhamento sequencial da relação da Igreja Católica e seus segmentos com o governo Bolsonaro, dando destaque aos eventos mais emblemáticos. Como argumento mais de fundo, adianto já

uma primeira ideia que justifica o destaque para o Catolicismo como opção para esta reflexão. Este argumento busca contrapor à visibilidade evangélico-pentecostal como exemplo determinante de presença pública religiosa no país e a ideia do conservadorismo religioso como produto genuíno dos evangélicos-pentecostais.

Para tal, minha argumentação reivindica uma *anterioridade* do Catolicismo em relação ao protestantismo evangélico-pentecostal, no que diz respeito à capacidade de influência no cenário público e político. E aqui me benefico da perspectiva de Caldeira e Toniol (2020) que, diante de uma abordagem recorrente que vê o “catolicismo eclipsado” na atualidade pela presença evangélico-pentecostal evocam a “longa duração dos processos” para relativizar este “aparente ineditismo” pentecostal, classificando como católica a origem do conservadorismo autoritário contemporâneo na política brasileira. Este conservadorismo católico, segundo os autores, remonta ao período da década de 1920 dentro da formação do pensamento religioso antimoderno de Jackson Figueiredo e de Dom Sebastião Leme gestado no Centro Dom Vital (Caldeira e Toniol, 2020).

Para mim, esta anterioridade do Catolicismo se expressa através de dois indicadores. O primeiro: a anterioridade da presença pública da Igreja Católica em “estruturas de longa duração”, como por exemplo, apenas na modernidade, o Syllabus anti-moderno do Papa Pio IX de 1864, a Rerum Novarum de 1891 e no Brasil, a já citada, Neo-Cristandade de Dom Sebastião Leme a partir da década de 1920 consolidando-se a partir de 1930. O segundo, a anterioridade de uma *intelligentsia* católica na formulação de temas conservadores que muitas vezes aparecem como de autoria evangélica. Posso citar como exemplo, o caso da noção de “ideologia de gênero” que teve sua origem na IV Conferência Mundial sobre as Mulheres promovida sob os auspícios da ONU em Beijing no ano de 1995, quando se consolidou a noção de “gênero” como norteadora dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Como reação a esta resolução aprovada na Conferência, as representantes católicas promoveram um destaque aos parágrafos do relatório final, expressando sua radical discordância. Expandindo essa posição,

num documento eclesiástico redigido pelo bispo Óscar Alzamora Revoredo e referendado pela Conferência Episcopal do Peru, o termo “ideologia de gênero” foi pela primeira vez tornado público (Souza, 2018). Logo em seguida foi consolidado pela Santa Sé, sob o pontificado de João Paulo II, que se manifestou “pública e documentalmente sobre o ‘perigo da *ideologia de gênero*’ que se traduzia como ameaça para a família, para a sociedade e para a religião” (grifo meu, Souza, 2018:486). Além disso, muitas vezes proposições de projetos de lei extremamente conservadores e reacionários, do ponto de vista da moral e costumes e o exame e controle destes em relatórios no Congresso Nacional: como a Escola sem Partido, o Estatuto do Nascituro e o Estatuto da Família, atribuídos a parlamentares da bancada evangélica tem sua origem numa autoria católico-carismática (Camurça, Procópio, Gerardi, 2022).

Mas neste texto, gostaria de começar o acompanhamento conjuntural da relação do Catolicismo com o governo Bolsonaro, com as eleições de 2018 que elegeu o ex-capitão do Exército como presidente da República. Nas eleições presidenciais de 2018, no segmento católico da população o candidato eleito Bolsonaro teve 29.795.232 num percentual de 51%, ao passo que Haddad do PT teve 29.630,786 num percentual de 49%, sendo a diferença entre os dois de apenas 1.644,46 votos. Ou seja, entre católicos houve praticamente um empate, encontrando-se este segmento religioso majoritário com 123 milhões de brasileiras e brasileiros, praticamente dividido no momento das últimas eleições presidenciais. Então, não é correto dizer que desde o início do governo Bolsonaro houve um apoio maciço dos católicos, como no caso dos evangélicos. Ao contrário, este início já marca uma divisão, a qual se seguiu um distanciamento, que como vou procurar demonstrar só tendeu a crescer.

A partir desta constatação, gostaria de examinar, então, três questões nesta reflexão: 1) como se comportaram as forças conservadoras do Catolicismo em relação ao governo Bolsonaro, corporificadas no movimento da Renovação Carismática Católica (RCC); 2) qual o comportamento das forças mais progressistas e moderadas, vistas principalmente através da

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e suas ramificações e influências nas pastorais sociais; 3) qual a resultante para dentro da Igreja Católica e do Catolicismo nos termos de uma *correlação de forças*, no que tange a relação com o governo Bolsonaro: tendo de um lado, uma *adesão* ao governo por parte dos carismáticos e demais grupos conservadores e de outro, uma crescente *crítica* no caso da CNBB e de movimentos ditos progressistas.

Há que se considerar também, que existem muitas outras forças dentro do Catolicismo brasileiro atual que expressam tanto posições conservadoras quanto posições progressistas. Do lado conservador, além da RCC poderíamos listar, o Opus Dei, a Canção Nova, o Instituto Dom Bosco, a TFP e os Arautos do Evangelho. Entre os que se colocam nesta conjuntura com uma conduta que se pode classificar de progressista, além da CNBB, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) a Teologia da Libertação, as pastorais populares, o CIMI, a CPT, o Movimento Fé e Política. Então neste texto, RCC e CNBB funcionam mais como “tipos ideais” no sentido weberiano, um artifício conceitual para identificar, através destes modelos, tendências da realidade, no caso em tela do Catolicismo brasileiro, para expressar as *polaridades* presentes nesta conjuntura sócio-política-religiosa.

Também, a classificação das tensões internas na Igreja Católica no Brasil como se dando entre “conservadores” e “progressistas” é devedora da grande análise histórica de Scott Mainwaring (2004) que cobriu os anos de 1916-1985. Se por um lado, esta tipologia consegue ser capaz de elucidar as divisões que ocorreram na Igreja Católica fruto de suas porosidades com a sociedade, a cultura e o imaginário do Brasil na modernidade, é bom ter em conta o caráter *relacional* desta tipificação, ou seja, se é sempre “progressista” ou “conservador” na relação com um outro e não em si mesmo.

Além disso, tentando evitar uma análise por demais reducionista desta polaridade, proponho como modo de entender as tensões dentro do Catolicismo, mesmo com o destaque para os dois “ideal-tipos” da RCC e CNBB, o emprego da ideia de *articulações* mais amplas que congregam e dividem as forças internas católicas em conflito.

Do lado conservador e da direita católica, estas *alianças* se expressam através de *clusters* religiosos que articulam forças religiosas conservadoras distintas nos termos de temáticas comuns, como o combate a uma legislação que consinta o aborto, o casamento gay, a redução de danos em uso de drogas, etc. Aqui, as iniciativas extrapolam o campo católico, numa espécie de “ecumenismo de direita”, aglutinando tanto católicos quanto evangélicos conservadores. No caso, as iniciativas de convergência que se deram no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos sob o comando da evangélica Damares Alves reunindo conservadoras evangélicas e católicas (Bortolin, 2020) no Instituto Brasileiro de Direito Religioso – IBDR (Almeida, Bortolin, Moura, 2022) e nas iniciativas do ultra-direitista padre carismático Paulo Ricardo nas suas articulações pela defesa da “família e da moral cristã” e pelo *lobby* armamentista (Silveira, 2018).

Mas, sobretudo do chamado lado “progressista”, a reação às medidas negacionistas do governo Bolsonaro, apoiadas pela extrema direita católica, toma a forma de uma resistência que vem da base dos movimentos sociais católicos, mas é temperada pela moderação institucional da própria estrutura da Igreja: a CNBB. Isto não quer dizer que os agentes da chamada “igreja popular” como Leonardo Boff, Frei Betto ou o padre Júlio Lancelotti não possuam autonomia nas suas iniciativas junto às populações marginalizadas. Mas, para além disso, a amplitude da CNBB e do próprio Vaticano sob o Pontificado de Francisco terminam por englobar e legitimar os movimentos mais populares e contra-hegemônicos dentro da Igreja Católica emprestando-lhes um alcance e significância social e simbólica maior. Faustino Teixeira destaca que nesta *articulação* da “Igreja oficial”, sobressai a “CNBB” no seu “incentivo de projetos pastorais mais voltados para o social, como o Grito dos Excluídos, o Mutirão Nacional contra a fome e a exclusão, o plebiscito da dívida externa” e outros projetos “relacionados às Pastorais Sociais e a Campanha da Fraternidade” (2009).

Portanto, ao enxergar na CNBB a condição de porta voz de uma posição progressista na Igreja, estou me referindo a *composição e articulação* entre a representatividade do órgão que expressa o consenso da hierarquia da Igreja

no Brasil aliado aos movimentos mais engajados do Catolicismo. Composição esta que funcionou no Brasil, na época da Ditadura Civil-Militar e que foi esvaziada nos anos que se seguiram o seu fim, muito pela iniciativa dos Pontificados de João Paulo II e Bento XVI (Mainwaring, 2004), mas que no meu entendimento, parece estar sendo restabelecida no papado de Francisco e nas contraposições que a CNBB vem operando em relação às negligências sociais e autoritarismos de poder do governo Bolsonaro.

RELAÇÃO DAS FORÇAS CONSERVADORAS DA “DIREITA CATÓLICA” COM O GOVERNO BOLSONARO: O CASO DA RENOVAÇÃO CARISMÁTICA

A RCC na sua gênese e primeiros anos — final dos 1960, 1970, 1980 e 1990 — teve como característica a valorização das experiências carismáticas de êxtase, dons extraordinários do Espírito Santo/Pentecostes, subjetividade, técnicas corporais místicas: “batismo”, “repouso” no Espírito Santo, os dons da glossolalia, da profecia, da cura. Enfim, afastada de atuação social e política, a ponto do sociólogo Reginaldo Prandi em texto conhecido falar dos carismáticos como “perto da magia, longe da política” (Prandi, 1992).

Todavia, paralelo às experiências extáticas, individualistas e de louvor e efusão, vão aparecendo nas celebrações da RCC manifestações de cunho menos intimista e mais coletivo, como aquelas de intolerância religiosa contra as religiões afro-brasileiras e as práticas New Age, consideradas manifestações demoníacas. Da mesma maneira, de preconceito contra a homossexualidade, avaliada como um dos pecados dos nossos tempos (Prandi, 1997). Pouco a pouco, ao lado da expansão dos dons do Espírito Santo veiculada pela mídia carismática (TV Canção Nova, Associação do Senhor Jesus), vão se acrescentando a defesa de uma moral católica extremamente conservadora, enaltecida da “família” destacando como comportamento público uma visão moralista e tradicionalista dos costumes sociais, como condenação ao aborto e a homossexualidade, que classificam de desvios e ruína do mundo moderno: ateísmo, costumes morais decaídos, etc. (Althoff, Thorsen, 2018).

Como anteparo aos pecados da modernidade, o antídoto é a valorização da castidade, da família e a prática dos sacramentos da Igreja: eucaristia, confissão e casamento.

Dentro desta postura pública e midiática de defesa aberta do conservadorismo militante de extrema direita, desponta a figura do Padre Paulo Ricardo. Ele vai centrar sua atuação em um combate contra o que chama de “marxismo cultural” e denúncia a um pretenso projeto de dominação universal do “comunismo marxista” a partir de organismos globais como a ONU, a OMS, a FAU, a UNESCO ou as ONGs de apoio a direitos humanos de minorias trans e LGBTQIA+, ou ainda as pensadoras como Simone de Beauvoir e Judith Butler, formuladoras de uma perspectiva gênero e dos direitos feministas (Silveira, 2018; Reis, Manduca, Silveira, 2019; Py, 2021). Ele vai propagar um alerta e ação político-pública contra um suposto plano global de dominação, que visaria a “imposição” da diversidade sexual, do casamento gay, da adoção de crianças por casais homoafetivos e do direito ao aborto (Py, 2021). Para o Pe. Paulo Ricardo uma liberdade sexual absoluta levaria a aniquilação da família tradicional e dos papéis tradicionais de educação e moral familiar. Daí a importância das pautas anti-aborto e anti-gay (Silveira, 2018).

Durante a campanha presidencial de 2018, assistiu-se a uma adesão pública dos grupos carismáticos ao projeto de poder de Bolsonaro devido à pauta de política de costumes e valorização da família tradicional defendida pelo então candidato. Em performances disseminadas por suas redes sociais, ativistas da Renovação Carismática Católica (RCC) e da Comunidade Canção Nova abençoaram, consagrando e legitimando com sua simbólica religiosa, o candidato Bolsonaro. Pode-se registrar neste particular o vídeo em que Bolsonaro aparece com lideranças da RCC, entre os quais o deputado Eros Biondini (PROS/MG), quando manifestam apoio e oram, enquanto o missionário carismático Ironi Spuldaro impõe as mãos na cabeça do candidato e

faz uma “profecia” sobre ele². De igual modo, outro vídeo registra a visita de Bolsonaro à Comunidade Canção Nova, onde recebe unção e bênção do Monsenhor Jonas Abib, líder desta comunidade carismática conservadora³. Não é de se estranhar que durante o governo Bolsonaro, o Monsenhor Abib tenha recebido a Ordem de Rio Branco, uma das principais honrarias do Estado brasileiro⁴.

Ao longo do governo de extrema direita, assistimos sempre o apoio destes grupos católicos com a justificativa que o governo defende uma moral cristã e luta contra o “comunismo”. Uma das iniciativas marcantes no campo simbólico religioso e político, que a *articulação* da extrema direita católica quis promover no intuito de associar Bolsonaro com a marca triunfalista católica para o país, se deu em torno do Ato de Consagração do Brasil à Nossa Senhora Aparecida, aclamada pelos católicos como a “Padroeira do Brasil” (Fernandes, 1988). Neste Ato, parlamentares e autoridades eclesiais católicas de diferentes tipos do conservadorismo católico, como o Deputado Eros Biondini do PROS-MG, Nelsinho Corrêa, ambos da Canção Nova, aliados a tradicionalistas, como Dom Fernando Rifan da “Administração Apostólica São João Maria Vianney” tentaram comprometer Bolsonaro com o culto à Virgem, uma das marcas distintivas da pertença católica em relação aos evangélicos. Durante o evento, Bolsonaro teve uma posição ambígua, assistindo a cerimônia, mas não assinando o documento de consagração, com receio de desagradar aos evangélicos. (Camurça, Zaquieu-Higino, 2021).

² “Bolsonaro recebe profecia de missionário carismático”. *O Verbo*, 20/outubro/2018. Disponível em: <https://www.gospelprime.com.br/bolsonaro-recebe-profecia-de-missionario-carismatico/>. Acesso em: 26/08/2020

³ “Bolsonaro na Canção Nova com Jonas Abib e Luzia Santiago”, *Canal Youtube Canção Nova* 30/novembro/2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NzL9i0U_nek. Acesso em: 06/09/2020

⁴ “Monsenhor Jonas Abib é condecorado com a Ordem de Rio Branco”, *Canal Youtube Canção Nova* 08/dezembro/ 2021. Disponível em: <https://noticias.cancaonova.com/igreja/monsenhor-jonas-abib-e-condecorado-com-a-ordem-de-rio-branco/>. Acesso em: 10/09/2022.

Durante a pandemia, defenderam como forma de expressão da “liberdade religiosa” a manutenção de igrejas abertas, mesmo com risco de disseminação do Covid 19, contra a orientação da CNBB de se manter o isolamento social com as missas sendo realizadas de forma *on-line*. Como desagravo a crítica da CNBB contra as atitudes negacionistas e antidemocráticas do presidente, em 2020, segmentos carismáticos da Igreja Católica reafirmaram seu apoio a Bolsonaro, reunindo-se no “cercadinho” do Palácio Alvorada com uma imagem de Nossa Senhora de Fátima e uma bandeira do Brasil, rezando pelo presidente e contra o “comunismo”. Afirmaram eles que Bolsonaro tinha sido “escolhido por Deus para colaborar com o plano de salvação de Jesus Cristo e que o aparelhamento do Estado pelo comunismo e por forças secretas serão vencidas pelo poder de Deus”⁵.

Do ponto de vista da política, dentro do Catolicismo, o movimento carismático é o que mais tem lançado candidatos aos legislativos e ao Congresso Nacional. Embora os carismáticos possuam a maioria dos deputados conservadores católicos, como o atual presidente da Frente Parlamentar Católica Apostólica Romana, o deputado Francisco Júnior do PSD-GO, outros parlamentares da direita católica são vinculados a distintos movimentos católicos conservadores, como a deputada Chris Tonietto ligada ao Instituto Dom Bosco. O bloco dos deputados carismáticos atua principalmente em temáticas associadas a comissões parlamentares que têm despertado mais os seus interesses. Estas foram a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) seguida pelas comissões de Seguridade Social e Família (CSSF). A decisão de integrar estas Comissões permite aos deputados católicos conservadores a possibilidade de barrar projetos antagônicos no campo da moral e dos costumes, assim como promover a tramitação de propostas desse campo temático.

⁵ Apesar da CNBB, Renovação Carismática Católica diz que adeptos apoiam Bolsonaro, *Uol- Política*, 08/04/2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/04/08/apesar-da-cnbb-renovacao-carismatica-catolica-diz-que-adeptos-apoiam-bolsonaro.htm>. Acesso em: 01/09/2020.

Nas últimas legislaturas, os carismáticos têm atuado com projetos conservadores, fazendo com que temas como a contracepção, a homoafetividade e as drogas coloquem estes deputados na linha de frente da defesa de valores morais, combinando ações com os grupos evangélicos e com setores não religiosos, mas de perfil conservador.

Se formos fazer um balanço dos diversos projetos apresentados por estes parlamentares, vamos constatar que seu ativismo esteve concentrado em três projetos de lei: 1) Escola sem Partido (PL 7180/2014 e apensados), 2) Estatuto do Nascituro (PL 478/2007 e apensados) e 3) Estatuto da Família (PL 6583/2013) (Camurça, Procópio, Gerardi, 2022). O projeto da “Escola sem partido” em nome de um propalado direito à liberdade de crença e religião, desejava intervir em políticas públicas educacionais visando retirar dos educadores e dos currículos escolares o protagonismo do processo pedagógico, sob a alegação de que estes introduziam conteúdos desagregadores da família e da moral. Este projeto teve na relatoria os deputados carismáticos Diego Garcia (PHS-PR) e Flavinho (PSB-SP). O do “Estatuto do nascituro” visava considerar ilegal todo tipo de aborto. Atualmente a legislação permite o aborto em caso de risco de vida da mãe e em caso de estupro. O projeto buscou intervir nas normas sanitárias de contracepção, visando, segundo eles, “garantir direitos integrais para os nascituros”. O projeto teve na relatoria os deputados carismáticos Osmânio Pereira de Oliveira (PSDB-MG) e Salvador Zambiasi (PSDB-SP). O do “Estatuto da Família”, buscava assegurar um modelo familiar baseado no “caráter monogâmico de homem-mulher”. Projeto que visava carrear para este modelo tradicional de família políticas públicas por parte do Estado, desconsiderando outras formas de constituição familiar que não se encaixassem neste modelo. Ele teve na relatoria o deputado carismático Diego Garcia (PHS-PR) (Camurça, Procópio, Gerardi, 2022).

Se formos fazer um resumo ideológico-moral destes três projetos de lei, temos que eles visam estabelecer uma concepção religiosa-dogmática de vida que termina por criminalizar a própria vida da mulher submetida a imposição de uma gravidez produto de um estupro, de um feto malformado,

anencefálico, que compromete a sua sobrevivência. Uma concepção que busca normatizar um modelo familiar de caráter monogâmico e patriarcal, tendo como base o sexo biológico. Advogam, desta forma, uma visão unilateral do que seja vida desprezando a complexidade de mediações éticas que a compõem, sejam elas: humanitárias, científicas e dos direitos da mulher. Da mesma maneira, defendem a família mononuclear como única dimensão do social que possui o direito de educar os filhos em matéria moral por sobre instituições como a escola e outras instâncias que promovem os valores do bem comum. Estas concepções da liberdade individual a todo custo, no caso, a do feto e do protagonismo da família, sobrepujando os vínculos sociais e a própria sociedade vem sendo estudadas pela cientista política Wendy Brown no caso do avanço da extrema direita norte-americana (2021). Para Brown, estes grupos da direita religiosa nos EUA defendem o direito à dita “liberdade”, justificando qualquer interesse particular sexista, machista, transfóbico contra a ideia de que o social representa uma coerção. Justificam, também, que o ambiente da família deva ser protegido do entorno social, este visto sempre como ameaçador. Atitudes que expressam uma reação revanchista contra a perda de uma posição tradicional hetero-normativa estabelecida, o que inviabiliza qualquer convivência diante do novo pluralismo e obstaculiza os vínculos sociais por meio de um securitismo para proteger o privado do público, o familiar do estranho (Brown, 2021).

RELAÇÃO DAS FORÇAS PROGRESSISTAS E MODERADAS DO CATOLICISMO COM O GOVERNO BOLSONARO: A CNBB

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi criada no Brasil por iniciativa de Dom Hélder Câmara em outubro de 1952, com a aprovação do então Papa Pio XII (LASCOSTE, 2004). Foi a terceira no mundo, de considerável importância para o surgimento de novas conferências episcopais, que até o Concílio Vaticano II eram raras. Assim, instituída a

CNBB, seguindo a influência do pensamento social da igreja, adquire uma identidade progressista.

Apesar da participação dos clérigos e leigos conservadores no golpe militar de 1964 a CNBB foi gradativamente se posicionando contrária aos abusos do regime militar e do AI5 de 1968. Sobressaíram na entidade nos anos 1970, 1980, as ações progressistas de bispos como Dom Tomás Balduino, Dom Pedro Casaldáglia e Dom Paulo Evaristo Arns através de instrumentos como as pastorais populares, as CEBs, o CIMI, a CPT. E no comando da CNBB, pontuaram D. Aloísio Lorscheider e D. Ivo Lorscheiter.

No entanto, durante o longo pontificado de João Paulo II, depois consolidado no de Bento XVI, a Igreja dá uma guinada conservadora, que no caso do episcopado brasileiro, se revela na intervenção e no fatiamento da Arquidiocese de São Paulo de Dom Arns em outras menores. Após os anos heróicos, a CNBB inaugura nos anos 1990 com o apoio do Vaticano, um período moderado tendendo ao conservadorismo. Fato este, após eleição de D. Lucas Moreira Neves nos anos 1990, seguido de D. Geraldo Magela nos anos 2000, tendo na Secretaria Geral, o conservador D. Odilo Scherer⁶.

Esta configuração perdurou até a eleição do Papa Francisco em 2013 (Passos, Ligorio Soares, 2013) quando este colegiado dos bispos foi convocado a tomar uma posição mais firme em defesa da ecologia e diante das desigualdades sociais. Interessante que um dos primeiros atos simbólicos de benção do Papa Francisco com relação ao Brasil se deu como resposta a degradação do meio ambiente com o atingimento das populações pobres rurais, quando este enviou a sua Cruz Peitoral⁷ para a comunidade de

⁶ A pesquisa de Lira, sobre a Pastoral Universitária na Diocese de Nova Iguaçu-RJ do bispo progressista Dom Adriano Hypólito é exemplar deste movimento nacional. Nos anos 1970-1980 de caráter social e engajado e sob a nova orientação da CNBB nos anos 1990, tanto a pastoral, quanto a Diocese sofrem intervenção para exercerem uma prática voltada para o espiritual e não para o social (Lira, 2019).

⁷ Papa Francisco entrega sua cruz peitoral à comunidade de Brumadinho. *Instituto Humanitas Unisinos*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/589279-papa-francisco-entrega-sua-cruz-peitoral-a-comunidade-de-brumadinho>. Acesso em: 21 abril

Brumadinho-MG, destruída pela explosão de lama causada pela erosão da barragem da empresa Vale/Samarco.

Atualmente, no pós-2018 com a instalação do governo Bolsonaro, a CNBB viu-se confrontada a se deparar com as sucessivas posturas negociacionistas do presidente e de seu governo diante da pandemia do Covid 19 que assolou o país, instalando uma paulatina e crescente tensão entre o organismo colegiado dos bispos católicos do Brasil e o governo federal.

A CNBB foi signatária de uma nota em conjunto com a OAB, ABI, SBPC e Academia Brasileira de Ciência, na qual afirmou que as declarações e atos do presidente contrários ao isolamento recomendado pela OMS se constituíam uma “grave ameaça à saúde”⁸. Dom Walmor de Oliveira, o atual presidente da CNBB, também afirmou em entrevista que medidas de proteção social diante da pandemia precisavam ser aceleradas e que a desinformação, como a que veiculou o presidente da República, de que esta era apenas um “resfriadinho”, conduziria a um “itinerário de morte”. Com relação ao decreto do presidente Bolsonaro que permitiu a abertura de templos e igrejas, considerados como “atividades essenciais”, ele respondeu “templo fechado não é sinal de privação de espiritualidade”⁹. E de fato, a Igreja Católica conduziu todo seu calendário litúrgico durante o auge da pandemia de forma *on-line*.

2020. A cruz peitoral é uma insígnia episcopal, consistindo em uma cruz ou crucifixo de tamanho notável pendurada por um cordão sob o peito de uso exclusivo de bispos e papas, que somadas com o anel episcopal, simboliza sua autoridade e proximidade com Jesus Cristo.

⁸ “CNBB e entidades de cientistas, advogados e imprensa pedem respeito a isolamento” em *Folha de São Paulo*, 27 de março 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/cnbb-e-entidades-de-cientistas-advogados-e-imprensa-pedem-respeito-a-isolamento.shtml>. Acesso em 24/08/2020.

⁹ Presidente da CNBB critica Bolsonaro e diz que falas desinformam e geram crise”. *Folha de São Paulo*, 9 abril, 2020 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/presidente-da-cnbb-critica-bolsonaro-e-diz-que-falas-desinformam-e-geram-cisoes.s>. Acesso em 24/08/2020.

Outro foco de tensão entre a Igreja Católica e o governo Bolsonaro foi a questão ambiental. Em outubro de 2019 se deu o “Sínodo da Amazônia” convocado em Roma pelo Papa Francisco, quando a Igreja expressou um firme apoio à defesa do meio ambiente na região amazônica, assim como às populações indígenas e ribeirinhas. A partir deste evento iniciam-se as primeiras rugas com a política do novo governo, empossado pelo seu incentivo ao desmatamento e queimadas na floresta pelo garimpo e o agronegócio. Na ocasião, o governo mobilizou a Agência Brasileira de Informação (ABIN) para monitorar o Sínodo, numa atitude que relembra o cerco que movia a Ditadura Militar de 1964 à chamada igreja progressista¹⁰.

Com o agravamento das investidas feitas pelo Poder Executivo em relação ao Supremo Tribunal Federal (STF), assim como pelas manifestações de grupos de apoiadores de Bolsonaro clamando pelo fechamento da Suprema Corte do Poder Judiciário e a volta da ditadura, o presidente da CNBB, Dom Walmor de Oliveira voltou a pronunciar-se em entrevista. Nesta entrevista, esclareceu ser “da tradição da CNBB” a “defesa da democracia e de suas instituições”. Ele também criticou as declarações do presidente Bolsonaro menosprezando as mortes, como “frases inadequadas que machucam quem perdeu um parente e amigo na pandemia”. E defendeu que para que “o país saia do colapso da saúde [...] faltam políticas públicas para fortalecer o SUS e amparar os mais pobres”¹¹.

De fato, a falta de uma política pública de resposta à pandemia foi encoberta por um discurso de “moralização religiosa da política” engendrado pelo governo Bolsonaro (Dutra, Lellis, 2020). O governo recorreu a ideia da religião como instrumento salvacionista garantidor de uma

¹⁰ CNBB reage a críticas e defende Sínodo da Amazônia. *Veja*, 02/09/2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/religiao/cnbb-reage-a-criticas-e-defende-sinodo-da-amazonia/>. Acesso em 01/09/2020.

¹¹ “Líderes católicos não podem escolher caminhos fáceis e sedutores, diz presidente da CNBB”. *Folha de São Paulo*, 15, junho, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/lideres-catolicos-nao-podem-escolher-caminhos-faceis-e-sedutores-diz-presidente-da-cnbb.shtml>. Acesso em 24/08/2020.

proteção divina, defendendo a manutenção dos templos abertos, mesmo que formassem aglomerações e disseminassem o vírus. Como mencionado acima de acordo com a reflexão de Wendy Brown (2021), as quebras da política sanitária de isolamento são alegadas como exercício de “liberdade religiosa”, contra a “tirania” do político, do incréu, do ímpio, do externo (organismos internacionais como a OMS).

O ponto culminante dos enfrentamentos entre a Igreja Católica e o poder executivo, devido ao comportamento do último na pandemia, se deu com uma carta assinada por 152 arcebispos e bispos eméritos com duras críticas ao governo federal. Intitulada “Carta ao Povo de Deus”, apontou a “incapacidade e inabilidade do governo federal de enfrentar essas crises” na saúde e na economia. Prosseguiu o documento afirmando que: “assistimos sistematicamente a discursos anti científicos que tentam naturalizar ou normalizar o flagelo de milhares de mortes pelo Covid 19”¹². Em seguida, cerca de 1.507 padres e diáconos assinaram uma carta de apoio à Carta dos Bispos, considerando o texto episcopal um “documento profético para o discernimento dos sinais nestes tempos tão difíceis” e se indignando com “as ações do presidente em desfavor e com desdém para com a vida”¹³.

Aqui se opera aquela *articulação* que mencionei acima, entre uma base militante dos movimentos católicos que atuam dentro da sociedade, nas

¹² “Discurso de Bolsonaro não é ético e governo se baseia em “economia que mata” diz carta assinada por 152 bispos brasileiros”. *Folha de São Paulo*, 26/07/2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/07/discurso-de-bolsonaro-nao-e-etico-e-governo-se-baseia-em-economia-que-mata-diz-carta-assinada-por-152-bispos-brasileiros.shtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=compfb&fbclid=IwAR2g09pXYVwDVTI_6gmIb3YPq4W4W36CtF5P6yHohKRgT69NUjVFj1zK7Sc. Acesso em 01/09/2020.

¹³ Mais de mil padres apoiam a corajosa Carta ao Povo de Deus, subscrita por 152 bispos brasileiros. *Nocauté - blog de Fernando Moraes*, 30/07/2020. Disponível em: <https://nocaute.blog.br/2020/07/30/mais-de-mil-padres-apoiam-a-corajosa-carta-ao-povo-de-deus-subscrita-por-152-bispos-brasileiros/>. Acesso em 01/09/2020.

comunidades carentes, e a cúpula da hierarquia episcopal colegiada funcionando como “caixa de ressonância” destes anseios e reivindicações.

Outro episódio emblemático das tensões da hierarquia da Igreja Católica com o governo Bolsonaro se deu com o caso do oferecimento por parte de dirigentes de TVs católicas de apoio ao governo em troca de favorecimentos de verbas de publicidade oficiais a estes órgãos de informação católicos.

No início de 2020 o presidente Bolsonaro fez uma videoconferência com proprietários e padres de emissoras de TV católicas, onde estes pediram mais investimentos do governo em troca de “mídia positiva” nos seus noticiários, como propôs o midiático padre Reginaldo Manzotti¹⁴. Diante do acontecimento, a CNBB emitiu uma nota onde classificava o teor da conversa entre o presidente e os representantes das TVs católicas de “barganha”. Em seguida, Dom Walmor de Oliveira, seu presidente, em entrevista à Folha de São Paulo, afirmou que “há certos caminhos fáceis, sedutores [...] mas incoerentes com os ensinamentos de Jesus”.

Para acomodar esse conflito que ameaçava irromper, com possibilidades de divisão para dentro da Igreja Católica, uma reunião emergencial na CNBB, convidando bispos cujos sacerdotes haviam participado da videoconferência, foi convocada por D. Walmor e D. Joaquim Mol, Coordenador da Pastoral de Comunicação da CNBB. De um lado o Bispo de Itacoatiara exigiu retrações, chamando os envolvidos no evento de “mercenários” que fizeram da fé católica um “mercado”. E de outro, o bispo Dom José Antônio Peruzzo de Curitiba, diocese do padre Manzotti, se colocou ao lado do padre. Para este, o padre Manzotti só teria pedido ao presidente mais agilidade nas autorizações para funcionamento das rádios e TVs católicas e que propôs manter uma “comunicação isenta e positiva”.

A polêmica se alastrou para os movimentos organizados da Igreja. O Conselho Nacional do Laicato e a Comissão de Justiça e Paz expressaram

¹⁴ Divisão na Igreja Católica Brasileira explode com Bolsonaro. *Diário de Notícias*, 02/08/2020. Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/divisao-na-igreja-catolica-brasileira-explode-com-bolsonaro-12486011.html>. Acesso em 06/09/2020.

apoio irrestrito à posição da CNBB contra a “comercialização da fé” e culpabilizaram a Frente Parlamentar Católica que intermediou a videoconferência com Bolsonaro. Por outro lado, a cúpula da Frente Parlamentar Católica - através dos deputados Francisco Jr (PSD-GO), Eros Biondini (PROS-MG) e Diego Garcia (Podemos-PR), integrantes do Movimento Fé e Política da Renovação Carismática da direita católica - procurou esclarecer que o apoio oferecido ao presidente “não era condicionado” e que eles não eram rompidos com a CNBB (Camurça, Procópio, Gerardi, 2022).

Este episódio mais uma vez demonstrou as dinâmicas das repartições e tensões no Catolicismo brasileiro que se acentuaram após a eleição de Bolsonaro em 2018. Dinâmica esta expressa nas *articulações* que congregaram a (extrema) direita católica de um lado e o centro e a esquerda de outro – aqui com a nucleação da ação convergindo para a CNBB – em atitudes de apoio e crítica ao governo Bolsonaro.

CORRELAÇÃO DE FORÇAS ENTRE SEGMENTOS CATÓLICOS NO APOIO E NA OPOSIÇÃO AO GOVERNO BOLSONARO

Além da expressiva presença evangélico-pentecostal no suporte às decisões do governo Bolsonaro, pode-se notar também a existência de segmentos católicos conservadores como a RCC, o Opus Dei, a Canção Nova e o Instituto Dom Bosco funcionando como significativa base de sustentação desse governo. Desta forma, parece estar se gestando o que passei a chamar de um “ecumenismo de direita”¹⁵ reunindo os segmentos neoconservadores

¹⁵ Aqui faço uma apropriação (irônica) de uma noção, valor e prática: o “ecumenismo”: Oikumene, “casa comum”, que buscou unir a partir do século XX e no Brasil nos anos 1960, cristãos protestantes (suas diversas denominações) e católicos, dentro de uma perspectiva de abertura e diálogo (com oposição da visão tradicionalista e ortodoxa que imperava em muitas dessas igrejas cristãs). Este movimento teve como expressão o Conselho Mundial de Igrejas (WCC) e no Brasil, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) (Wolf, 2002).

dos dois cristianismos mais representativos da população brasileira no apoio ao governo, catolicismo e evangélicos.

Como exemplos de articulações deste consórcio entre grupos e personalidades evangélico-pentecostais e católicos inseridos no governo, elenco alguns casos:

No ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, chefiado pela “terrivelmente evangélica” Ministra Damares Alves, suas escolhas para compor as secretarias deste Ministério tiveram ao lado dos evangélicos, a presença de católicas, ambos colocados em postos chave. Para a Coordenação Nacional de Políticas à Maternidade, passou pelo Ministério a ativista de extrema direita Sara Giromini, vulgo Sara Winter, ex-feminista do movimento “Escola Sem Partido”, convertida ao catolicismo. Para a Secretaria da Juventude, a jovem vereadora católica conservadora de Santa Catarina, Jayana Nicaretta Silva, também ligada ao movimento da “Escola sem Partido” e para a Secretaria da Família Ângela Gandra, representante da União dos Juristas Católicos e filha do jurista Yves Gandra, católico expoente da Opus Dei¹⁶. Além dessa iniciativa, Emerson Silveira, em artigo analítico, registra a conclamação do padre ultraconservador Paulo Ricardo de Azevedo Júnior no site “A aliança política entre católicos e evangélicos”, com 56 mil visualizações para a consecução desta aliança. Diz o autor que a despeito “das diferenças doutrinárias”, o sacerdote faz um “apelo por uma coalizão política em prol de um interesse maior: a luta a favor do patrimônio moral judaico-cristão e contra a hegemonia do marxismo cultural” (2018, p. 301).

Do lado da acentuada crítica ao governo Bolsonaro dentro da Igreja Católica, já relatada anteriormente neste texto, reitero como dado de análise, o movimento de convergência destas manifestações surgidas nas pastorais, movimentos sociais e do laicato, vocalizadas através da CNBB.

¹⁶ “Conservadores religiosos vão comandar política de Direitos Humanos”. *O Globo*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/conservadores-religiosos-vaocomandar-politicas-de-direitos-humanos-23347701>. Acesso em: 20 fev. 2019.

Além disso, devido ao caráter transnacional da Igreja Católica, a mudança na orientação do Vaticano que está se dando por meio do Pontificado do Papa Francisco influi (in)diretamente na virada progressista e voltada para o social da CNBB (Passos, Ligório Soares, 2013). Para a consecução desta nova orientação do Vaticano, assiste-se à nomeação pelo Papa atual, de cardeais afinados com sua visão no que tange à questão social, ao meio ambiente e ao respeito às minorias. Exemplos disto, se encontram nas nomeações do arcebispo de Washington Wilton Gregory, primeiro bispo negro estadunidense, do arcebispo Antoine Kambala, sobrevivente do genocídio de Ruanda, de um simples frade, Paolo Lojudec de Siena, defensor dos ciganos e do arcebispo Matteo Zuppi, entusiasta de uma pastoral junto aos LGBTs¹⁷. No caso do Brasil, foram nomeados como cardeais Dom Paulo Cézar da Costa, bispo auxiliar do Rio de Janeiro e Dom Leonardo Steiner, Arcebispo de Manaus, a segunda, uma nomeação emblemática, pois a primeira de um cardeal da região amazônica comprometido com a defesa dos povos indígenas e com a preservação da floresta.

Sobre esta questão, foi como reação ao brutal assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Philips por contrabandistas no Vale do Javari na Amazônia, que se (re)configurou um protagonismo da Igreja Católica num ato realizado na Catedral da Sé em São Paulo. O maior templo católico da principal metrópole do país, na pessoa do bispo Dom Pedro Luiz Stringhini, acolhe espiritualidades indígenas, religiões afro-brasileiras, ambientalistas para homenagear os novos mártires da luta pela terra, pela vida e pelo ecossistema¹⁸. Este ato, portador de um eloquente simbolismo evocou outro – também ecumênico e político – que reuniu na mesma

¹⁷ Disponível em: <https://jovempan.com.br/noticias/mundo/papa-francisco-nomeia-novos-cardeais-para-a-igreja-catolica.html>. Acesso em dezembro de 2020.

¹⁸ “Indígenas, religiosos e artistas fazem homenagem a Bruno e a Dom em ato na Catedral da Sé, em SP”. Brasil de Fato, 16 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/07/16/indigenas-religiosos-e-artistas-fazem-homenagem-a-bruno-e-dom-em-ato-na-catedral-da-se-em-sp>. Acesso em 12/09/2022.

catedral no final dos anos 1970, ativistas da anistia e da democracia com o Cardeal Evaristo Arns, o rabino Henri Sobel e o pastor protestante Jaime Wright, para lembrar o brutal assassinato de Wladimir Herzog torturado nos porões da Ditadura.

Estas posições críticas de setores cruciais da Igreja Católica vem repercutindo na crescente desaprovação dos católicos em relação às posturas do governo Bolsonaro. E isto veio sendo captado pelos institutos de pesquisa. Em enquete de opinião datada de abril de 2020, o Datafolha revela que para os 17% dos arrependidos do voto em Bolsonaro, 22% são católicos e 12% evangélicos. E no que diz respeito à desaprovação do governo, 42% são católicos e 27% evangélicos. Na análise desta pesquisa, o sociólogo Reginaldo Prandi ao lado de Mauro Paulino e Alessandro Janoni, respectivamente, na época, diretor geral e de pesquisa do Datafolha, apontam que católicos, mesmo os que optaram por Bolsonaro nas eleições, mostraram-se mais alinhados com o discurso atual do Vaticano e da CNBB de isolamento social e transmissão de missas em plataformas digitais¹⁹.

Interessante para um exame da correlação de forças entre a *articulação* dos grupos de (extrema) direita católica, que traz a RCC como ator mais proeminente e a *articulação* dos grupos e pastorais moderados e mais à esquerda capitaneados pela CNBB, é a informação trazida por órgãos da imprensa de que a pró-atividade das respostas do colegiado dos bispos do Brasil nos casos da pandemia, do meio ambiente e da questão social, tem levado a um avanço e mobilização do setor “progressista” da Igreja e uma certa retração do seu setor “conservador”²⁰.

¹⁹ Presidente se afasta de bolsonaristas católicos ao minimizar pandemia, aponta Datafolha. *Folha de São Paulo*, 13/04/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/presidente-se-afasta-de-bolsonaristas-catolicos-ao-minimizar-pandemia.shtml>. Acesso em 02/09/2022.

²⁰ Nos bastidores, bispos se articulam para criar frente anti Bolsonaro na CNBB. *Brasil de Fato*, 15/07/2020. Disponível: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/15/nos-bastidores-bispos-se-articulam-para-criar-frente-anti-bolsonaro-na-cnbb>. Acesso em: 02/09/2022.

CONCLUSÃO

O que, então, as articulações dos grupos conservadores do Catolicismo, o carismático e tradicional, obtiveram em termos de grau de influência social e cultural através de seu apoio ao Governo Bolsonaro? E o que a crítica gradativa movida pela CNBB e pelos movimentos sociais do Catolicismo realizaram no que diz respeito à ampliação da democracia no país e em um papel de oposição no seio da sociedade civil ao autoritarismo governamental?

Pelo lado dos setores carismáticos e tradicionalistas, estes mantêm em ebulição um ativismo religioso ultraconservador que se nutre das ações de bloquear medidas em prol da diversidade cultural, moral e de costumes na sociedade brasileira. O que eclode nas manifestações rumorosas contra a interrupção de gravidez de crianças vítimas de estupro, nas atitudes anti-saúde pública no caso da Covid 19 e na defesa das aglomerações nos templos justificadas numa pretensa defesa da “liberdade religiosa” e na fantasiosa denúncia de uma “cristofobia” no Brasil. Além disso, a veiculação de símbolos e discursos cristãos conservadores têm servido para fornecer legitimidade ao governo Bolsonaro, como mencionei anteriormente, em atos de performance religiosa promovidos pelos conservadores católicos e carismáticos. O que, de fato, estes setores religiosos católicos carismáticos e tradicionalistas estão realizando através de seu imaginário, ritualística e gramática é dar um suporte simbólico para a legitimação da figura de Bolsonaro enquanto encarnação de uma forma populista e autoritária de poder. E isto já foi feito antes por setores hegemônicos do Catolicismo no Brasil em outros períodos da nossa história, como os da Neo-Cristandade dos primeiros anos do século XX e no período da Ditadura Civil-Militar.

No caso desta utilização de símbolos cristãos por Bolsonaro e seu projeto autoritário na sua relação com as religiões cristãs, ele se diz católico – de fato, não praticante – se casou e frequenta igrejas evangélicas, fez-se batizar de forma espetacular no rio Jordão. Então, esta flutuação dele por entre conservadorismos cristãos é premeditada e visa utilizar em proveito próprio um moralismo e valorização do religioso na vida cotidiana das

peças. Para o jornalista italiano Iacopo Scaramuzzi, diante de uma população atônita frente às influências da multiculturalidade e da secularização, os populistas da extrema direita como: Salvini na Itália, Duzda na Polônia, Trump nos EUA e Bolsonaro no Brasil, perceberam que “o cristianismo é uma linguagem que mais ou menos todos entendem”, é uma “referência cultural”, “um marcador identitário”, que traz um “senso de identidade”. Para este autor, a adesão ao cristianismo destes políticos, não vem referida a uma pertença religiosa, pois as lideranças populistas de extrema direita que exploram símbolos sagrados cristãos, nunca possuíram uma vida religiosa regular (*The Intercept*, 27/07/2020).

No que diz respeito à *articulação* que liga as pastorais populares da Igreja Católica com o colegiado episcopal de sua hierarquia, da mesma forma do que já ocorreu nos anos da Ditadura Civil-Militar de 1964-1985, vai se acionando de novo toda uma gama de imagens e símbolos do patrimônio milenar do catolicismo canalizados para uma luta por justiça social enquanto expressão de “um modo novo de ser igreja”. Este imaginário expresso na forma da “chegada do Reino”, da “caminhada”, dos mártires, emula e mobiliza agentes pastorais, padres e freiras ligados à CPT, e CIMI, as Comissões de Justiça e Paz, enfim ao chamado “povo de Deus” de uma “igreja militante” na sua “opção preferencial pelos pobres”.

Dentre os nomes de uma nova geração de bispos afinados com a questão social e ambiental, destaca-se a figura de Dom Vicente Ferreira, bispo auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte, eleito recentemente presidente da Comissão Episcopal Pastoral Ação Missionária do Regional Leste II da CNBB. Dom Vicente tem se debruçado aguerridamente sobre a questão dos impactos ambientais e consequentes violações de direitos humanos por parte de empresas construtoras de barragens e de mineração, como no caso de Brumadinho administrado pela Vale e a Samarco. Ele tem se colocado ao lado de trabalhadores e comunidades que sofrem as consequências desta atividade extrativista predatória, que tem levado à expulsão das famílias dos seus territórios, a poluição do ar, a contaminação da água e a devastação do ecossistema. Não por outra, tem sofrido ataques da direita religiosa católica,

como o Instituto Dom Bosco. E por outro lado, tem recebido solidariedade ativa de movimentos como as pastorais populares, o Movimento Fé e Política e a Comissão de Justiça e Paz. Além disso, tem recebido apoio organizações mais clássicas da Igreja Católica, como a Cáritas²¹. Aqui, mais uma vez, tem funcionado o que venho chamando de *articulação* entre grupos da “Igreja popular” com outros mais institucionais e hierárquicos da Igreja Católica.

Então, toda essa mobilização das bases e movimentos populares do Catolicismo temperada pela institucionalidade da hierarquia, que imprime nelas uma moderação, mas também uma amplificação e alcance até o católico paroquiano, redundava numa rejeição por parte dos católicos à candidatura Bolsonaro. Como prova disso, a pesquisa do IPEC e Datafolha de 12 de setembro de 2022, medindo o apoio aos candidatos presidenciais revelou os seguintes resultados: entre os católicos Lula tem 52% e Bolsonaro 26% ao passo que entre os evangélicos Bolsonaro tem 48% e Lula 31%²².

Pode-se dizer, então, que no Catolicismo mais permeável à influência da sociedade e suas demandas de transformação, a aceitação de Bolsonaro é bem menor – isto, também levando-se em conta as referências centrais da Igreja Católica como o Papa Francisco e a hierarquia colegiada episcopal no Brasil – ao passo que as grandes igrejas evangélicas ainda mantêm um considerável controle sobre seu “rebanho” direcionando seu alinhamento político ao governo Bolsonaro. E neste particular invocam o evangelho “Romanos 13-107”, “Obedeçam às autoridades. Pois nenhuma autoridade existe sem a permissão de Deus, e as que existem foram colocadas nos seus lugares por ele”.

²¹ “Nota de Solidariedade a Dom. Vicente Ferreira”. Site Cáritas Brasileira - Orgão da CNBB, 18/06/2021. Disponível em <https://caritas.org.br/noticias/nota-de-solidariedade-a-dom-vicente-ferreira>. Acesso em 12/09/2022.

²² “G1 eleições – Pesquisas Eleitorais. Dados completos do Instituto IPEC e Datafolha”. Disponível em <https://especiais1.globo/politica/eleicoes/2022/pesquisas-eleitorais/presidente/1-turno/Ipec/>. Acesso em 13/09/2022.

No caso dos grupos da (extrema) direita do catolicismo conservador, estes se encontram totalmente afinados com o modelo hegemônico evangélico-pentecostal de relação dependente do fiel a um tradicionalismo moral e de costumes e a um adesismo ao poder constituído.

Mas, se falamos de mentalidade conservadora como identificação com o projeto bolsonarista, se poderia avaliar que esta mentalidade conservadora também atravessa a Igreja Católica e a um considerável contingente de seus membros. Por outro lado, valeria a pena observar, em proveito da constatação acerca do distanciamento da maioria dos católicos em relação a Bolsonaro e em afinidade com o Papa e a CNBB, que o católico mediano pode ser conservador nos costumes, mas possui uma visão solidária quanto à questão social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo. Deus acima de todos. *In: Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019a.

ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, p.185-213, 2019b.

ALMEIDA, Ronaldo, BORTOLIN, Paula, MOURA, João. *Cristianismo cultural e laicidade colaborativa no governo Bolsonaro*. *In: XX Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina*, IFCS, Rio de Janeiro, 2022.

ALTHOFF, Andrea; THORSEN Jakob Egeris. The Catholic Charismatic Renewal (CCR) in the Americas. *In: LEFEBVRE, Solange; PÉREZ-AGOTE, Alfonso (org.). Annual Review of the Sociology of Religion*. Leiden: Brill, p. 147-163, 2018.

BORTOLIN, Paula. *A família Bolsonaro e a moralidade pública*. Projeto de Qualificação de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UNICAMP, 2020.

BROWN, Wendy. O Frankenstein do neoliberalismo: liberdade autoritária nas “democracias” do século XXI. In: ALBINO, C.; OLIVEIRA, J. e MELO, M. (org.). *Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios*. Recife: Seriguela, 2021.

BURITY, Joanildo. Ola conservadora y surgimento de la nueva derecha cristiana brasileña? La conyutura post impeachment em Brasil. *Ciencias Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religião*, vol.22, 2020.

CAMURÇA, Marcelo. Um poder evangélico no Estado brasileiro? Mobilização eleitoral, atuação parlamentar e presença no governo Bolsonaro. *Revista do NUPEM*, v. 12, 2020.

CAMURÇA, Marcelo; ZAQUIEU-HIGINO, Paulo Victor. Entre a articulação e a desproporcionalidade: relações do governo Bolsonaro com as forças conservadoras católicas e evangélicas. *Revista Brasileira de História das Religiões*. v. 13, 2021.

CAMURÇA, Marcelo Ayres; PROCÓPIO, Carlos Eduardo Pinto; GERARDI, Dirceu André . From Mysticism to Politics: Protagonism of Conservative Charismatic Catholic Parliamentarians in the Brazilian National Congress (2015-2018; 2019). *International Journal of Latin American Religions*, v. 2, 2022.

FERNANDES, Rubem César. Aparecida: nossa rainha, senhora e mãe, saravá!. *Brasil & EUA: religião e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Graal, p. 85-111, 1988.

LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário crítico de Teologia*. São Paulo: Paulinas, Edições Loyola, 2004.

LIRA, Ronald Apolinario. *Catolicismo e Política: pastoral da juventude e a formação partidária no PT*. Curitiba: Appris, 2019.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PASSOS, João Décio, LIGÓRIO SOARES, Afonso Maria. *Francisco: renasce a esperança*. São Paulo: Paulinas, 2013.

PY, Fabio. The Current Political Path of an Ultra-Catholic Agent of Brazilian Christofacism Father Paulo Ricardo. *International Journal of Latin American Religions*, v. 5, p. 332-345, 2021.

PRANDI, Reginaldo. Perto da Magia, longe da Política. *Novos Estudos Cebrap*, n. 34, , p. 81-91, 1992.

PRANDI, Reginaldo. *Um sopro do Espírito: a renovação conservadora do catolicismo carismático*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1997.

REIS, Marcos Vinicius de Freitas; MANDUCA, Vinicius; SILVEIRA, Emerson José Sena. Carismáticos, Política e Conservadorismo Social. *Religare*, v. 16, p. 170-206, 2019.

SOUZA, Sandra Duarte. O gênero da discórdia. A Igreja Católica e a campanha contra os direitos das mulheres na política internacional: uma abordagem a partir das conferências de Cairo e de Pequim. *Religare*, vol. 15, nº 2, p. 483-504, 2018.

SILVEIRA, Emerson Sena. Padres conservadores em armas: o discurso público da guerra cultural entre católicos. *Reflexão*, v. 43, n. 2, p. 289-309, 2018.

TEIXEIRA, Faustino. Faces do catolicismo brasileiro contemporâneo. In: *Catolicismo Plural: dinâmicas contemporâneas*. Petrópolis: Vozes, p. 17-30, 2009.

TONIOL, Rodrigo; CALDEIRA, Rodrigo Coppe. Catolicismo Eclipsado. In: *Folha de São Paulo*, 31 jul. 2020, “Saída pela direita” – Blog do Fábio Zanini. Disponível em: <<https://saidapeladireita.blogfolha.uol.com.br/2020/07/31/artigo-mostra-importancia-do-catolicismo-para-ascensao-do-conservadoris-mo-no-brasil/>>

Acesso em: 07/09/2022.

WOLFF, Elias. *Caminhos do Ecumenismo no Brasil*. São Paulo: Paulus, 2002.

Recebido em: 26/09/2022

Aprovado em: 26/10/2022